



## UMA PERSPECTIVA ECONÔMICO-ECOLÓGICA DO CAPITALISMO

Gabrielly Gonçalves Ferreira <sup>1</sup>

Igor Henrique Rodrigues Pereira <sup>2</sup>

Mateus Oliveira Silva <sup>3</sup>

### RESUMO

A maneira como a natureza é vista pelo homem se modificou no decorrer da história da humanidade. O que antes poderia ser resumido como uma relação exclusiva para a subsistência de todos os seres vivos, hoje pode ser considerada como fonte de matéria prima para a exploração econômica. A principal motivação da escrita deste trabalho é reforçar a importância do papel da geografia neste debate, objetivando a análise das transformações da relação homem natureza e as contradições do ecocapitalismo através de referenciais teóricos de fontes secundárias.

**PALAVRAS-CHAVE:** economia ecológica; exploração ambiental; capitalismo; ecocapitalismo; natureza; homem-natureza.

### ABSTRACT

The way nature is seen by man has changed over the course of human history. What before could be summarized as an exclusive relationship for the subsistence of all living beings, today can be considered as a source of raw material for economic exploitation. The main motivation for writing this work is to reinforce the importance of the role of geography in this debate, aiming at the analysis of the transformations in the man-nature relationship and the contradictions of ecocapitalism through theoretical references from secondary sources.

**KEYWORDS:** ecological economy; environmental exploration; capitalism; ecocapitalism; nature; nature-man

<sup>1</sup> Graduanda em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista do Programa de Educação Tutorial -PET MEC - Geografia - Universidade Federal de Uberlândia E-mail: [gabriellyferreira.ggf@gmail.com](mailto:gabriellyferreira.ggf@gmail.com).

<sup>2</sup> Graduando em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: [igorrodriguespereira@hotmail.com](mailto:igorrodriguespereira@hotmail.com).

<sup>3</sup> Graduando em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: [mateusoliveirasilva20111@gmail.com](mailto:mateusoliveirasilva20111@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

A relação homem-natureza vem passando por mudanças que acompanham o próprio desenvolvimento da sociedade, principalmente no que se refere ao cunho econômico, onde as formas de utilização dos recursos naturais são configuradas de acordo com a situação da economia mundial e local. Essa relação, se dá desde a fase primitiva, onde o homem tinha uma relação de dependência total da natureza, pois, nesse período a mesma era vista como a única fonte sobrevivência, no entanto, com o passar dos anos essa relação se modificou e o homem passou a utilizar os recursos naturais de forma exploratória, o que logo se tornou predatória, sem se preocupar com os graves problemas que esse comportamento poderia ocasionar principalmente para as gerações futuras.

Contudo, apesar de já existir comprovações do uso dos recursos naturais desde o primeiro período da história da humanidade, foi a partir do século XVIII que esta relação se tornou visivelmente exploratória. Dito isso, foi a partir da Primeira Revolução Industrial e sob total influência do o sistema econômico capitalista que o homem passou a utilizar os recursos naturais de forma predatória e a partir desse momento o aumento do consumo desses recursos se tornaram alarmantes. Ademais, sobre essa relação do desenvolvimento capitalista e a questão do uso predatório dos recursos Santos (2017) comenta que:

A economia capitalista baseada no acúmulo de riquezas e extração de recursos naturais de forma predatória, moldou e transformou a relação homem-natureza, rompendo com a harmonia que outrora existia nesta relação. O modo de produção baseado no consumo generalizado de produtos industrializados e demandante de matérias-primas, marca a trajetória de mudanças econômicas, sociais e ambientais estabelecidas pelo sistema produtivo. Associado a isso, a ideia de crescimento econômico, ganhou força e estabeleceu as bases para o desenvolvimento econômico. (SANTOS, 2017, p.2).

Dessa forma, o sistema capitalista está ligado diretamente à produção em massa e ao consumo excessivo, visando exclusivamente a produção de lucro, sendo que, para a obtenção de matéria-prima é necessário retirar da natureza diversos recursos, e é devido a isso, que a exploração constante e desenfreada tem ocasionado inúmeros impactos ambientais, como por exemplo, o desmatamento, a abertura de buracos na

camada de ozônio, a extinção de biomas, o derretimento de geleiras, a poluição de recursos hídricos e do solo, as mudanças climáticas, dentre outros impactos.

Bortolozzi e Perez filho (1998) acrescentam que a crise ambiental de nossos dias, ao se constituir no próprio retrato da modernidade, coloca em evidências as mazelas da racionalidade, e reforça que nada é considerado mais moderno, do que a atual obsessão pela tecnologia e os seus efeitos sobre a vida humana. Dessa forma, fica claro que medidas devem ser tomadas na busca de reduzir e reparar os danos ocasionados descontentes do uso predatório dos recursos naturais, além de a aplicação de punições/multas para aqueles que os utilizam de forma irracional e exploratória sem se preocupar com as consequências desse uso para o mundo e o estímulo para a utilização de fontes de recursos naturais renováveis de forma que evite o esgotamento dos recursos existentes no nosso país.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **Contradições do desenvolvimento versus meio ambiente**

Para alguns autores o início da preocupação mundial em relação ao meio ambiente se deu com a devastação causada pelas bombas nucleares que atingiram o solo japonês, causando uma destruição macro escalar, mostrando que o Homem Moderno é o “senhor e possuidor da natureza”, e que no momento ameaça sua própria sobrevivência, as bombas também mostraram a falta de limites para o poder e ambições frente a sociedade, destruindo por completo o local de explosão e comprometendo a vida de gerações futuras por conta da alta taxa de radiação (OLIVEIRA, 2012).

O desenvolvimento e o progresso econômico no período pós-guerra, forneceu uma base conceitual para discussões nas décadas seguintes sobre o “desenvolvimento sustentável”. Em 1945 a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a alertar o mundo para suas “preocupações ambientais” e debates ecológicos, promovendo então uma luta duradoura pela paz mundial (OLIVEIRA, 2012). Segundo Pizzi (2005), o desenvolvimento se vincula a algo que é cíclico, com começo, apogeu e declínio, já a sociedade moderna define desenvolvimento como uma forma de prosperar, avançar e amadurecer, e após Harry Truman popularizar o termo subdesenvolvimento, o progresso material seria um estágio que todos os países deveriam atingir.

Mas porque esse desenvolvimento hegemônico começa a receber questionamentos ambientais? Acredita-se que, “o desenvolvimento não poderá nunca ser objeto de uma definição satisfatória para todos, isto é, para todos os países, todas as experiências, todas as exigências” (SINACEUR, 1981, p. 11), e para Porto-Gonçalves (1982), o desenvolvimento carrega o conceito de como um fim em si mesmo, o que significa sair/dominar a natureza, e também os homens.

Furtado (2000) acredita que na contemporaneidade, desenvolvimento significa acumular poder e avançar com técnicas para o sistema social e se adequar com a satisfação de necessidades humanas, e para ele os intelectuais acreditavam que o avanço dessas técnicas poderia suprir ou contornar a escassez, dando início a criações de máquinas e automaticamente condicionando todo o interesse e poder para a classe dominante, movimentando ainda mais a máquina capitalista.

De acordo com o geógrafo Quaini (1979), o desenvolvimento de toda força produtiva do sistema se expande progressivamente, agregando regiões e lugares, tornando cada um deles interdependentes funcionais, econômico e geográfico. De modo que o capitalismo desde o primórdio mostra sua face territorial, buscando a privatização de terras no mundo feudal.

Diante de tais argumentos relacionados, o desenvolvimento com base capitalista busca: domínio sobre a natureza, para explorar e manter a evolução econômica e técnica, logo, traz o domínio sobre o território; progresso econômico, através da acumulação de capital, opressão e exploração da classe trabalhadora; modernização técnica, buscando a evolução das máquinas no processo produtivo; hegemonia econômica, com perspectiva do sistema-mundo, acreditando que o desenvolvimento deve ser um estágio atingido por todos os países, dentre eles os subdesenvolvidos; e por fim, um ideologia forte que serve de indicador para um futuro próspero, que será construído de a partir de um modelo econômico vigente.

### **Questionamentos ambientais para o conceito de desenvolvimento**

Os questionamentos ambientais globais sobre degradação socioambiental e os riscos do sistema econômico de crise financeira, começa diante de um cenário pós segunda grande guerra, dados de 1950 revelam que o consumo de energia aumentou dez vezes mais do que no século anterior (LOPES, 1987), instituindo exigências

energéticas e de produção modernas para a sociedade que faz uso da tecnologia. Desta forma, na década seguinte, o movimento ecológico/ambientalista, autônomo e independente surge para imprimir questionamentos sobre o modo de vida e sobre a degradação do meio ambiente, englobando o desmatamento, o forte uso de agrotóxicos e o desaparecimento de algumas espécies de animais (DIAS, 2003; ORTIZ, 1996).

O movimento ambientalista no início de seu surgimento, possuía uma característica mais radical, pois confronta com ideais capitalistas, “como seus inimigos a voracidade do lucro, o gigantismo industrialista, a centralização do poder de estado, a apropriação privada e descontrolada dos recursos naturais e o complexo industrial-militar” (MINC, 1985, p.9). Desta forma, o sonho americano se torna impossível de ser implantado em outros países, primeiro, não conseguiria manter o nível de consumo, e segundo, o sonho americano era apenas uma promessa de desenvolvimento para todos.

Contudo, os problemas ambientais não nasceram a partir do período Pós-Guerra, há registros de degradação ambiental já na Idade Média, florestas devastadas na França e Inglaterra, países pioneiros no uso de máquinas. Gimpel (1977) atesta que já no século XIII existia protestos contra a destruição de florestas na Europa, interdição de serralherias na França, e na Itália foi exigido que cada dono de terras plantasse 10 árvores por ano. Protestos também contra a poluição atmosférica provindos do uso do carvão em fornos e de poluição dos rios, com o Rio Sena sendo afetado por dejetos de matadouros e curtumes.

Os movimentos ecológicos e ambientais nos Estados Unidos trazem duas linhas de pensamentos, a do engenheiro florestal Pinchot (fundador do Serviço Florestal dos EUA, em 1905) que na década de 1960 acreditava em uma base conservacionista e o naturalista John Muir, que foi influenciado pelas obras de Thoreau, Darwin e Haeckel, criando a noção de preservacionismo (DIEGUES, 1996).

Os preservacionistas lutam por criação de Parques Nacionais, sendo possível “reverenciar a Natureza num sentido de apreciação estética e espiritual da vida selvagem” (DIEGUES, 1996, 30), longe de indústrias, centros urbanos e de intervenção do homem, preza também pela não destruição dos sistemas naturais e defende a não retirada da população que vive naquele local, como indígenas e ribeirinhos (RIBEIRO, 2005). Os conservacionistas seguem uma linha de pensamento diferente, acreditando

que é necessário fazer o uso adequado e com critérios dos recursos naturais, com racionalização para evitar o desperdício, promovendo o equilíbrio para que as próximas gerações possam fazer uso destes recursos (DIEGUES, 1996), o conservacionista também acredita na lei de oferta e demanda, e investe na natureza como uma reserva monetário de médio ou longo prazo de retorno. Antônio Carlos Diegues (1996) apura em sua linha de pensamento que as ideias dos conservacionistas foram fundamentais para o chamamos de desenvolvimento sustentável.

A evolução da problemática desenvolvimento sustentável foi debatida por Montibeller-Filho (2008) que estudou a obra de Leis e D'Amatto (1995), dividindo historicamente o movimento ambientalista, período estudado a partir da segunda metade do século XX, considerando assim, tais pontos: o ambientalismo dos cientistas na década de 1950; na década de 1960 surge as ONG's ambientalistas e movimentos sociais; em 1970 ocorre a Conferência de Estocolmo; em 1980 surge os primeiros partidos verdes e a Comissão Brundtland, que iria definir uma concepção de desenvolver com sustentabilidade, criando assim uma nova agenda para o século; e finalizando com a implantação do empreendedorismo verde dentro do sistema produtivo e de mercado das empresas e indústrias.

Para Celso Furtado (1998), o avanço do modo de vida das populações dos países mais ricos sobre os mais pobres seria insustentável, de forma que o modelo dominante do desenvolvimento a ser copiado por nações periféricas colocaria em risco sua própria existência humana.

Por fim, o Relatório Brundtland, da década de 1980 traz um alinhamento da questão ambiental com interesses econômicos de um ponto de vista otimista. Traz consigo o neoliberalismo e o desenvolvimento sustentável, com fins de jogar uma cortina de fumaça sobre os problemas e a degradação provindas de indústrias e avanço tecnológico. O relatório aborda catástrofes como secas na África, acidentes nucleares, e vazamentos de pesticidas na Índia, porém não apresenta soluções para conter a degradação e atenta a sociedade sobre os limites do planeta. Como cuidar das reservas naturais dentro de um sistema neoliberalista? O que ocorre é que no neoliberalismo o Estado coloca em primeiro lugar o mercado e suas decisões, como o avanço depende do consumo da população e o Estado precisa de uma sociedade consumista, fica difícil problematizar o desenvolvimento sustentável dentro do sistema capitalista.

O desenvolvimento sustentável com essa característica capitalista não se preocupa com necessidades presentes e tampouco com as futuras gerações da sociedade, e é usado por um grupo dominante como um projeto político para dominar territórios e controlar suas riquezas naturais.

Desta forma, o relatório de Brundtland apresenta: estratégias de estanques; não aponta os sujeitos, e faz uma descaracterização das particularidades, principalmente em relação as diferenças de classes; não apresenta uma data limite de ação dos planos, e sem prazo para a implantação de um novo sistema mais ecológico; não apresenta recorte espacial, sem levar em conta as diferenças políticas, as culturas diferentes, o clima e a vegetação de cada local e a geomorfologia; por fim, utiliza o conceito de “necessidade” sem um debate profícuo, levando em consideração apenas um sistema político e econômico.

Podemos afirmar também que após o debate gerado na Conferência do Rio de Janeiro (Rio 92 ou Eco-92), o “desenvolvimento” ganhou do “sustentável”, a luta maior seria os gastos para implantar o desenvolvimento sustentável dentro do mercado, que seria um modelo a ser alcançado por todos os países do mundo, usando técnicas de racionalidade tecnológica como um grande meio de dominação, assim criando necessidades e prioridades, mesmo que sejam falsas ou verdadeiras. Por fim, falta também um debate sobre a necessidade humana almejada por países subdesenvolvidos levando em consideração sua cultura e geografia. Toda problemática que serve de interesse para a geração presente, para que não venha a comprometer a geração futura, buscando um equilíbrio entre os dois termos, “desenvolvimento” e “sustentabilidade”.

### **A economia do meio ambiente**

Dentre os estudos relacionados a esta área podemos destacar duas correntes principais relacionadas a economia do meio ambiente, são elas: a economia ambiental neoclássica e a economia ecológica. A economia ambiental neoclássica é intrínseca a valoração ambiental, onde é realizado estudos que permitem a utilização dos recursos naturais de forma calculada para a manutenção da economia fazendo com que a conservação da natureza seja apenas uma consequência. (ANDRIUCCI, 2009).

O ecocapitalismo é adepto a economia ambiental neoclássica, conhecida popularmente como desenvolvimento sustentável. Para Pigou (1920), a única maneira

de aproximar a natureza da economia era fazer com que os danos ambientais causados durante os processos produtivos fossem taxados, o que nos leva a pensar que aquele que possui capital para pagar pelo direito de poluir ou gerar grandes impactos ambientais é perdoado, reafirmando que a natureza não passa de um recurso destinado a exploração. (SOUZA-LIMA, 2004,).

A economia ecológica se difere da anterior principalmente por pensar na manutenção dos recursos naturais a longo prazo, sendo a economia parte da natureza e não o oposto. Devido a isso, essa corrente de pensamento defende que é de suma importância compreender que o planeta possui um limite de produção. Segundo Ricklefs (2003, p.459) “A crise ambiental não pode ser totalmente resolvida até que o crescimento populacional humano seja interrompido, o consumo de energia decline e o desenvolvimento econômico leve os valores ecológicos em consideração. ”. Se parássemos para pensar na dimensão do planeta terra é obvio que a biosfera suportaria sim mais seres humanos, entretanto o que o autor quer nos dizer é que a qualidade de vida desses indivíduos será afetada, assim como o meio ambiente o qual não conseguirá suprir as nossas demandas.

Segundo Andriucci (2009), o objetivo da economia ecológica é manter uma sinergia entre a natureza e a economia fazendo com que ocorram simultaneamente sem impactar uma a outra. Para que possamos ilustrar isso precisamos abordar seu sistema produtivo. De acordo com Georgescu-Roegen (1971) citado por Andriucci (2009, p.57) o processo produtivo se trata de um ciclo onde após o recurso natural ser utilizado ele volta a sua origem de maneira que não tenha impacto no meio podendo ser refeito o processo infinitas vezes.

Apesar de essa segunda corrente não ser aceita por muitos economistas, Souza-Lima (2004) enfatiza que a economia ecológica se destaca a partir do momento que a economia ambiental neoclássica trata o planeta como se fosse um único sistema, dando valor econômico somente aqueles recursos que podem, teoricamente, ser úteis. O grande problema é que a partir do momento que a preocupação ambiental é seletiva, abre margem para que outras espécies não atrativas para o consumo sejam ameaçadas (RICKLEFS, 2003). Contudo, a economia ecológica entende a importância da manutenção da função ecossistêmica como um todo garantindo a preservação do ecossistema e mantendo seu equilíbrio natural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decorrer das discussões apresentadas durante este artigo podemos ver claramente as transformações da relação homem-natureza ao passar dos anos. Algo que seria diretamente relacionado a sobrevivência se transformou em uma prática predatória distorcendo o real sentido de meio ambiente, que tem por definição “O conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. (BRASIL, 1981). A segunda guerra mundial foi o principal fator que acarretou essas transformações, contudo somente no período pós-guerra que vieram à tona preocupações relacionadas ao meio ambiente, direcionando estudos que de alguma forma poderiam mitigar os impactos ambientais causados e evitar novos. Entretanto, o capital sempre se sobressai e as medidas adotadas apenas encobrem o real problemas, fato este que faz outras linhas de pensamento ganharem força, como por exemplo a economia ecológica.

## REFERÊNCIAS

ANDRIUCCI, Lays Regina. **Análise da valoração climática na perspectiva da Economia Ambiental**: possibilidades e limitações. 2009. 1-210 p. Tese (Doutorado) Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/101457>. Acesso em: 26 nov. 2021.

CIDREIRA-NETO, Ivo Raposo Gonçalves; RODRIGUES, Gilberto Gonçalves. Relação homem-natureza e os limites para o desenvolvimento sustentável. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 6, ed. 2, p. 142-156, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/viewFile/231287/25644>. Acesso em: 29 nov. 2021.

Mariano, Z. F., Scopel, I., Peixinho, D. M., e Souza, M. B. A relação homem-natureza e os discursos ambientais. **Revista do Departamento de Geografia**, v.22, p. 158-170, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47224>. Acesso em: 28 de novembro de 2021.

MORIMOTO, Clayson, SALVI, Rosana Figueiredo. As percepções do homem sobre a natureza. **Observatório Geográfico de América Latina**. Londrina. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Pensamientogeografico/15.pdf>. 22 de novembro de 2021.

OLIVEIRA, Evandro De. Economia verde, economia ecológica e economia ambiental: uma revisão. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 13, n. 6, 15 dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistameioambiente/index.php/meioAmbiente/article/view/751>. Acesso em: 22 de novembro de 2021

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A geopolítica do desenvolvimento sustentável: reflexões sobre o encontro entre economia e ecologia. **Carta Internacional**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 118–139, 2012 Disponível de: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/54>. Acesso em: 28 de novembro de 2021.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 02 de setembro de 1981, p. 16509. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm). Acesso em: 26 nov. 2021.

RICKLEFS, Robert; RELYEA, Rick. **A economia da natureza**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008, 503 p.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**, v. 26 n. 74, 65-92, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10625>. Acesso em: 22 de novembro de 2021

SOUZA, Roberta Fernanda Da Paz. **Economia do Meio Ambiente: Aspectos Teóricos da Economia Ambiental e da Economia Ecológica**. Rio Branco, 2008. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/113193/>. Acesso em: 22 de novembro de 2021.

SOUZA-LIMA, José Edmilson de. Economia ambiental, ecológica e marxista versus recursos naturais. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 119-127, jan/jul 2004. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/438/334>. Acesso em: 22 nov. 2021.